

A POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA ÁFRICA E SITUAÇÃO DAS LÍNGUAS AUTÓCTONES NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS CONSTITUIÇÕES

Alexandre António Timbaneⁱ

alextimbana@gmail.com

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB
Brasil

Pansau Tambaⁱⁱ

pansautamba10@gmail.com

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB
Brasil

Resumo

A África tem uma situação sociolinguística muito complexa, uma vez que o multilinguismo é uma realidade convivendo no mesmo espaço as línguas europeias, as línguas africanas e asiáticas. A pesquisa visa discutir como a política linguística é tratada a partir das Constituições. Usando uma pesquisa documental analisou-se as 54 Constituições. Há pouca valorização das línguas locais por parte dos documentos oficiais havendo o domínio das línguas europeias em situações oficiais da comunicação. Na educação formal poucos esforços são feitos em favor das línguas locais. A Declaração dos Direitos Linguísticos não é respeitada porque as línguas africanas não são ensinadas nas escolas. Da pesquisa se conclui que os países africanos precisam de uma independência linguística. Só assim é que se pode resgatar e proteger as diversas línguas autóctones que muitas delas estão em vias de extinção. Uma língua é ao mesmo tempo a cultura de um povo, isso significa que resgatar as línguas africanas seria trazer de volta a autoestima que foi apagada pelo sistema colonial.

Palavras-chave: política linguística, Línguas autóctones, Educação, Constituição da República.

LINGUISTIC POLICY IN AFRICA AND THE SITUATION OF AUTHENTIC LANGUAGES IN EDUCATION

Abstract

Africa has a very complex sociolinguistic situation since multilingualism is a reality with European languages, African and Asian languages coexisting in the same space. The research aims to discuss how linguistic policy is treated from the Constitutions. Using documentary research, the 54 Constitutions were analyzed. From the research it was concluded that there is little value for local languages on the part of official documents, with the mastery of European languages in official communication situations. In formal education few efforts are made in favor of local languages. The Declaration of Linguistic Rights is not respected because African languages are not taught in schools. The research concludes that African countries need linguistic independence. Only in this way is it possible to rescue and protect the different indigenous languages that many of them are on the verge of extinction. A language is at the same time the culture of a people, that means that rescuing African languages would bring back the self-esteem that was erased by the colonial system.

Keywords: linguistic policy, Native languages, Education, Constitution of the Republic.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A língua é um dos instrumentos de comunicação (Martinet, 1967) mais importantes para todas as sociedades humanas. Parte-se do princípio de que toda sociedade humana é portadora de pelo menos uma língua. Essa língua normalmente surge da necessidade humana de exprimir ideias, opiniões e sentimentos. A língua é um bem coletivo que precisa de ser conservada, protegida e, sobretudo, gerida por forma a que não possa desaparecer porque ela é a fonte de expressão da cultura dos seus falantes.

Saussure (2006) define a língua como o conjunto de códigos (conjunto de combinações) construídos no seio da sociedade. Entendamos por língua, o conjunto de signos construídos no seio social que permitem a comunicação entre os humanos. Não há língua natural sem sociedade. A função essencial da língua é a comunicação, que

exprime o pensamento, os sentimentos incluindo a cultura (Kramersch, 1998) e o meio ambiente (Sapir, 2016; Mufwene, 2016). Das mais de 6.000 línguas no mundo, mais de 200 línguas morreram nas últimas três gerações, 538 estão em estado crítico, 502 estão gravemente ameaçadas, 632 estão ameaçadas e 607 estão vulneráveis. Esse fenômeno do desaparecimento da linguagem se manifesta em todas as regiões do mundo cujas condições econômicas são muito variáveis. Na África Subsaariana, onde cerca de 2000 línguas (quase um terço do total mundial) são faladas, é muito provável que menos de 10% delas desapareçam nos próximos 100 anos (Moseley, 2010). São dados preocupantes e precisam de reflexões por parte da sociedade para que sejam tomadas decisões que contrariam tendências negativas.

Em contexto africano, especialmente dos povos bantu, a língua carrega elementos da tradição, de tal forma a que sem ela é impossível realizar certas práticas. Os tabus linguísticos, os provérbios, os ideofones, os contos e outras manifestações em que a língua é fundamental ganham vigor na base da cultura. Na África bantu, o monolinguismo é um fenômeno anormal e excepcional porque os limites políticos são diferentes dos limites linguísticos. As línguasⁱⁱⁱ despidas da cultura se tornam vulneráveis e suas palavras e frases em algum momento ficam sem sentido e ambíguas porque essa construção é proveniente do contexto sociocultural. Para o contexto das línguas africanas, uma língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas sim, um elemento santificado pelas tradições, pois é através dela que se faz o contato entre os vivos, mortos e santidades.

Os tabus linguísticos (Guerios, 1955) decorrem dessa necessidade de disciplinar, de proibir e de autorizar as formas de ser e de estar em comunidade. A chegada dos colonizadores portugueses na África e em especial nas colônias portuguesas mudou o *status* das línguas autóctones, especialmente nas áreas urbanas. Primeiro, porque os colonizadores desvalorizaram as línguas africanas chamando-as erradamente de **dialetos**^{iv}. Na verdade, as línguas africanas têm uma identidade sociocultural própria que difere das línguas europeias; segundo, as línguas africanas apresentam uma gramática que diverge das gramáticas das línguas europeias; terceiro, os europeus que chamaram as línguas africanas de ‘dialetos’ não tinham conhecimentos científicos sobre as línguas africanas e, quarto, obrigaram para que os africanos valorizassem mais as línguas europeias do que as línguas autóctones por meio da ideologia eurocentrista.^v Em suma, pode-se afirmar que os colonos ‘desoficializaram’ as línguas autóctones que já estavam sendo usadas pelos africanos, o que contribuiu em grande medida na

desestabilização da organização social e, sobretudo, linguística. Um exemplo dessa desestabilização foi o fato de que na partilha de África (na Conferência de Berlim em 1884/1885), os europeus não tiveram em conta os diversos grupos étnico-linguísticos.

Cada língua tem o seu espaço e momento de uso. A isso atribuímos o nome de **democracia linguística**. Nenhum grupo étnico já reclamou pelo multilinguismo na África. O multilinguismo não é problema nem impasse para os membros locais. Passa a ser problema para quem não compreende e nem respeita a cultura e as tradições do outro. Hoje, o mundo parece caminhar rapidamente para uma só língua, a língua dominante, o inglês. Essa ideia da **globalização linguística** contraria os princípios da ideologia africana em que a diversidade linguística é muito apreciada. Por isso, o conceito de língua em contexto africano é diferente do contexto Europeu. Por exemplo, sob o ponto de vista do sistema linguístico, não existem diferenças ‘extraordinárias’, apreciáveis e de grande vulto entre as línguas do Grupo Tswa-Ronga (S50): xironga (S54), xitswa (S51) e xichangana (S53). Elas são línguas com base em fatores socio-históricos e não profundamente linguísticos. Quem define o que é língua não é o linguista (pesquisador), mas sim os falantes. Ao linguista cabe descrever o funcionamento sem influenciar ou interferir.

A África do Sul é um exemplo de uma política linguística baseada na **democracia linguística** ao oficializar e aplicar com base na Constituição de 1996, as 11 línguas das quais 1 é de origem europeia (o inglês) (Brenzinger, 2017). O afrikaans (uma das novas línguas sul-africanas) não é uma língua europeia, mas sim uma língua africana uma vez que surgiu num território geográfico chamado África do Sul. O mesmo se poderia afirmar com relação aos crioulos portugueses que para além de ter surgido na África, eles têm uma base gramatical de línguas africanas e léxico de línguas europeias (Timbane; Manuel, 2018). Das línguas oficializadas na África do Sul há que destacar o fato de que os limites linguísticos extrapolam os limites geopolíticos e por isso a língua isiSwati (que também é língua oficial da Suazilândia) e a língua xitsonga (que é falada em Moçambique e no Zimbabwe) foram acolhidas como línguas de uso. Na África, a proibição de uso de línguas locais em prejuízo de uma privilegiada (de origem europeia) iniciou com a colonização, tendo se prolongado até aos nossos dias, mesmo após as independências.

Nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP (Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe), por exemplo, havia uma ideologia que defendia que a eliminação das línguas locais traria **unidade entre os**

diferentes grupos étnicos. Essa visão unitária da língua continua se observando hoje, que é a hegemonia de uma língua única em prejuízo das outras. A unidade de uma nação não se restringe em falar uma só língua. Em nossa opinião valorizar apenas a língua do colonizador é ao mesmo tempo ofuscar as diversas línguas autóctones que carregam as culturas dos povos africanos.

Vários estudos (Bamgbose, 1991; Kamwangamalu, 1991; Neville, 2002 e 2005; Mesthrie, 2002) mostram que nações de diferentes línguas podem conviver no mesmo espaço em harmonia desde que haja políticas linguísticas claras que não discriminem por meio da língua. Afirmar que o francês é a única língua oficial do Togo (Art. 3º, da Revisão Constitucional de 15 maio 2019) é discriminar as cerca de 13 línguas africanas faladas pela grande maioria dos 6.191.155 habitantes (2010) que o país tem.

O nome da etnia coincide em muitos casos com o nome da língua. Essa não é uma coincidência do acaso. É que a língua é um **instrumento de poder** muito forte e presente no cotidiano e se relaciona com a comunidade que a fala. Sabendo o nome da etnia automaticamente descobre a língua que essa comunidade fala. Por exemplo: os povos balanta falam a língua balanta (Guiné-Bissau); os povos makhuwa falam a língua emakhuwa (Moçambique); os povos serere falam a língua serere (Senegal); os povos igbos falam a língua igbo (Nigéria); os povos zulu falam a língua isizulu (África do Sul), os povos kongo falam a língua kikongo e assim em diante.

Por isso é importante refletir sobre como as línguas se comportam no século XXI e como a educação formal tem lidado com essa situação. Todos os países africanos estão ‘independentes’ e cada país tem a sua Constituição. Daí que se questiona: quais as línguas oficializadas nas constituições e qual é o espaço que essas línguas ocupam politicamente e na vida prática. A pesquisa visa discutir como a política linguística é tratada a partir das Constituições. Espera-se que a pesquisa seja uma contribuição para que haja uma reflexão e tomada de consciência para que as línguas minoritárias sejam resgatadas e utilizadas nos locais onde elas ocorrem.

Na primeira seção apresentamos a situação linguística da África, suas grandes famílias linguísticas e classificação. Os primeiros estudos e classificações sobre essas línguas foram feitas por missionários americanos e europeus que vieram/foram na África por expedições coloniais. Na segunda seção discute-se o significado das línguas e das culturas para africanos. Na terceira seção abordam-se as Políticas e Planejamento linguístico em contexto africano. Na quarta seção analisa-se as constituições das repúblicas africanas para melhor compreender como a política influencia no destino das

línguas e na educação. O texto termina apontando as considerações finais que não são conclusivas.

1. SITUAÇÃO LINGUÍSTICA AFRICANA: ASPECTOS SOCIOLINGUÍSTICOS

A língua resulta de um sistema criado (natural ou artificialmente) por uma comunidade em particular. Contudo, a sua conceituação não é consensual, porém, as nossas vivências nos permitem explicá-la como o método de comunicação humana sinalizada, falada ou escrita, consistindo no uso de palavras de maneira estruturada e convencional entre as pessoas que a usam. Segundo Câmara Júnior (1955), a possibilidade humana de se comunicar, de interagir só é possível com aquisição dessa ferramenta abstrata que é língua.

A língua está intimamente ligada à cultura (Mahadi & Jafari, 2012; Kramsch, 2014), porque muitos aspectos da língua só podem ser interpretados dentro de um contexto cultural. A forma como uma comunidade linguística interpreta o mundo é de extrema importância na compreensão de uma dada sociedade. Por exemplo: em balanta (língua falada na Guiné-Bissau, Gâmbia e Senegal.), não existe uma palavra ou expressão específica para dizer “bom dia” ou “boa tarde”. O cumprimento é feito segundo a forma como o indivíduo está posicionado: em pé (*astheté*), sentado (*amessé*). A noção ‘saudação’ se refere a posição em que se encontra. Por isso, não tem nada a ver com o **bom** (dia), **buenos** (dias), **bon** (jour), **good** (morning) e por aí em diante.

O continente africano tem 54 países, cada um usando pelo menos uma língua oficial de origem europeia. O inglês, o francês, o português e o espanhol são as línguas que promoveram profundas transformações linguísticas em um continente onde se fala cerca de 2092 línguas autóctones (Silva, 2010). É um continente muito rico na diversidade étnica, cultural, social que identifica cada povo que vive nela. A África tem passado por diferentes formas de dominação: escravidão, colonialismo, neocolonialismo, entre outras estratégias sutis que objetivam exploração das suas matérias primas e o apagamento dos seus valores linguísticos, culturais e de dignidade humana.

No livro *Language decline and death in Africa, causes, consequences and challenges*, de Batibo (2005) revela que, quase todo africano fala mais de uma língua. O multilinguismo no contexto africano é recorrente e normal em todos os grupos étnicos. Esse fato se deve pela questão das línguas dos povos vizinhos, para além das suas

línguas maternas. A prova disso se verifica em Dar Es Salaam (Tanzânia), onde várias pessoas são bi, tri, quadri até quinquelíngues. Em outras palavras, a África concentra 30% das línguas do mundo, todas as línguas africanas somam entre duas mil a dois mil e quinhentas (Batibo, 2005). O importante a notar é que não é possível indicar o número certo de línguas porque os estudos descritivos ainda estão se desenvolvendo. Os conceitos de língua, dialeto e variante ainda não se encaixam totalmente nas teorias de línguas europeias.

Os primeiros estudos sobre as línguas africanas inclusive a descrição e as suas classificações em famílias e subfamílias foram realizados por Joseph Greenberg, Bleek, Meinhof, Guthrie, Meeussen entre outros (Hyman, 2003; Childs, 2003). Os primeiros pesquisadores de línguas africanas usaram o método comparativo para organizar e classificar as línguas africanas em quatro grandes famílias. Pesquisas de Bosch e Kosch (2019) dividem os estudos teóricos da linguística africana em três fases: 1ª que inicia nos meados dos anos 1800 até 1927. É chamado de período pré-científico e os estudos foram feitos por missionários e colonos. A 2ª fase (1927-para 1975) é uma linguística pós-colonial apoiada pela política linguística de governos da África Austral. A 3ª fase que inicia de 1975 até a data atual, é uma linguística moderna que reflete as prioridades de pesquisa no que diz respeito a uma variedade de teorias linguísticas modernas.

As línguas africanas se dividem em quatro grandes famílias: Congo-Niger, Afro-asiático, Nilo-saariana e Khoisan (ou Coissã)^{vi}. Família **Nigero-congolês** é a maior das quatro famílias de línguas africanas. Ela se estende da costa do Atlântico na África Ocidental, perto do rio Gâmbia, através da África Ocidental até o Oceano Índico, na África oriental, e cobre a maior parte da África ao sul do Equador (Childs, 2003). Maho (2003) atualizou a classificação de Guthrie partindo da ocorrência das línguas que se manifestam em diversos países e grupos étnicos africanos. As 15 zonas, segundo Maho (2003) são: **A, B, C, D, E, F, G, H, K, L, M, N, P, R, S**.

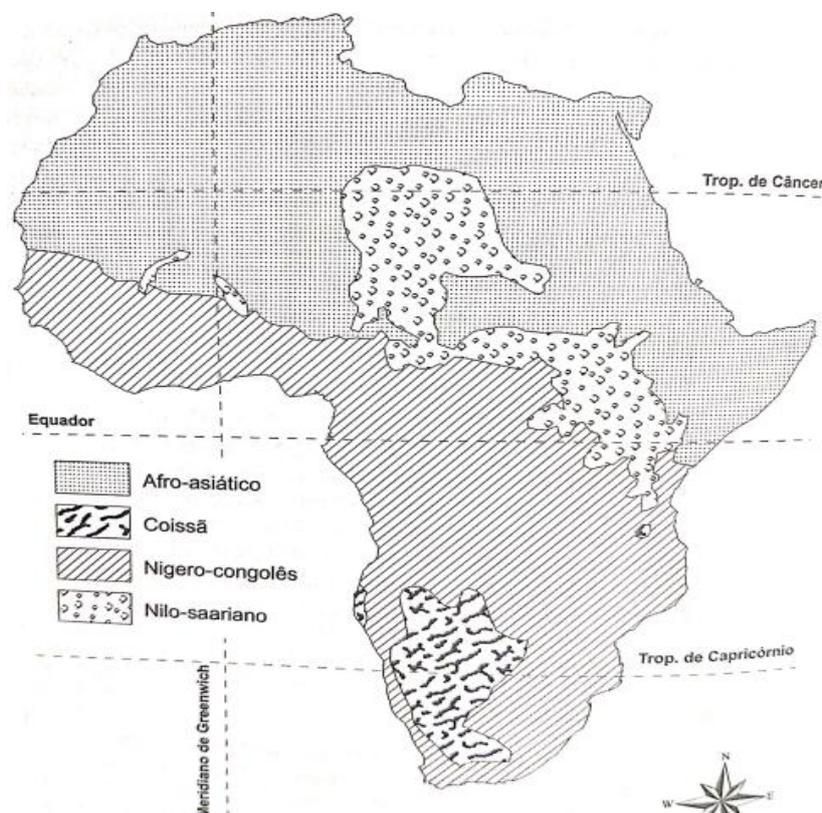
A família **afro-asiática**, por outro lado, ocupa a maior parte do que é tradicionalmente conhecido como o Magrebe no Norte da África, incluindo as partes setentrionais do Saara, estendendo-se para o leste nas montanhas abissínicas até o leste da África. A família é conhecida como afro-asiática porque algumas das línguas se espalham pelo Oriente Médio. A família tem seis subfamílias: árabe (semítico), amárico (semítico), somali (cushítico), oromo (cushítico), tamazight (berbe) e hausa (chadico).

A família **Nilo-Sahariana** é baseada principalmente no vale do Nilo, no que hoje é o Sudão, com bolsões nas regiões do Saara e da África Ocidental. Existem quatro

subfamílias de línguas Nilo-Sahariana, que também podem ser vistas como famílias independentes, segundo Bender (2000) apud (Batibo, 2005). Chicuna (2018) cita as seguintes subfamílias: sudanês, sahariano, songhai, fur, chari-Nilo e koman.

Finalmente, a família **khoisan** é encontrada principalmente no Sul do continente africano, com casos isolados na África Oriental (Tanzânia) e Central. O nome **khoisan** provem do nome do grupo **khoe-khoe** ou **hotentote** localizada na África do Sul e nome do grupo **San** localizado geograficamente na Namíbia. Uma das características mais marcantes deste grupo de línguas é o uso de cliques, tal como o estudo de Pakendorf, Gunnink, Sands, Bostoen (2017). Este grupo de línguas influenciou várias línguas do grupo bantu, como por exemplo, a línguas isiXhosa, isiZulu, Ndebele, xitsonga, isiSwati, Phuthi e várias outras línguas transfronteiriças (Pakendorf, Gunnink, Sands, Bostoen, 2017:6-7). As línguas khoisan (ou Coissã) podem ser agrupadas em cinco subfamílias, nomeadamente khoi, san, hatsa, sandawe e iraqw. Segundo Chicuna, “fazem parte da família khoisan as línguas dos Pigmeus da floresta tropical do Congo Democrático e línguas faladas com cliques pelos povos! Kung, vulgarmente conhecidos como Hotentotes, Bosquímanos ou ainda Mukankala, em Angola” (Chicuna, 2018:26). Vejamos a seguir, o mapa da localização geográfica dessas grandes famílias.

Mapa 1: Distribuição das grandes famílias de línguas



Fonte: Petter & Menegatto apud (Petter, 2015:52)

A maior crítica que apresentamos nos diversos estudos sobre as línguas africanas é a clara exclusão dos crioulos como se estas não pertencessem às línguas africanas. Sabemos que os crioulos da base lexical portuguesa e base gramatical das línguas bantu são línguas africanas. Os crioulos e os pidgins são línguas africanas pelo fato de ter origem num território geopolítico designado África. Sendo assim, merece ter uma classificação e organização em famílias e subfamílias, tal como aconteceu com outras línguas. Este desafio é muito importante num momento em que se pretende atribuir nomes à esses crioulos e pidgins.

O conceito de **língua minoritária** em contexto africano é complexo. O termo minoritário se refere a uma quantidade, isto é, a um número em contexto europeu. A quantidade de falantes em contexto africano não é calculada por meio do número dos seus falantes, até porque o recenseamento é artificial e moderno. As línguas consideradas **minoritárias** em contexto eurocêntrico são consideradas majoritárias pelos grupos étnicos a depender da importância dessa língua para as suas tradições, culturas e práticas culturais. Outrossim, o cálculo da língua minoritária ou majoritária tem a ver com a noção do mundo. A visão do mundo para um grupo étnico de visão tradicional é diferente da visão do mundo em contexto moderno. Enquanto que para um eurocentrista o mundo constitui um amplo universo de pessoas geograficamente localizadas, para um membro de uma etnia, o mundo corresponde aos indivíduos (visíveis e invisíveis) que fazem parte da sua comunidade. Os conceitos majoritários *versus* minoritários foram impostos pelo colonialismo e refletem uma visão do mundo diferente daquele que os africanos enxergam.

Desta forma, uma língua como cicopi^{vii} é majoritária sob o ponto de vista do grupo étnico porque os seus falantes a usam na sua cultura, nas suas tradições. É a língua da negociação nos casamentos tradicionais, é a língua de cerimônias tradicionais, é a línguas dos ritos de passagem e, sobretudo é a língua herdada dos antepassados/ancestrais e de comunicação com eles. É aí onde se encontra a ideia da maioria nesses povos. Concluímos esta parte apontando que a ideia de **língua majoritária** não prove de um número (quantitativo), uma quantidade, mas sim da qualidade, da importância que essa língua tem para a comunidade envolvendo os vivos e mortos que por sinal constituem a comunidade linguística. Vejamos o significado que as línguas carregam diante da realidade sociolinguística local.

2. O SIGNIFICADO DAS LÍNGUAS E DAS CULTURAS PARA AFRICANOS

Os povos africanos se identificam pelas práticas culturais comuns que vão desde os “nomes próprios, traços culturais iguais, atividade socioeconômicas, tatuagens, expressão artística” (Batibo, 2005, p. 14, tradução nossa). Batibo explica que a formação da identidade de um povo se dá por três grandes fatores: a consciência histórica, o fator psicológico e o fator linguístico. Em outras palavras, a língua serve para aprovar o pertencimento social de uma pessoa. As línguas são veículos através dos quais as experiências culturais são expressas. A prova disso se vê na forma de transmissão dos valores sobre o que é a vida, educação, etc. em cada comunidade tradicional africana. Ou seja, qualquer cultura africana que conhecemos hoje foi transmitida de geração em geração por meio de uma língua (Batibo, 2005).

Segundo Labov (2008), a língua se materializa na fala de uma comunidade e por isso é inútil estudar a língua fora do contexto social, ou seja, o domínio da língua é uma prova de socialização. Entre os haussas e igbos da Nigéria, entre os balanta da Guiné-Bissau, entre os ceres e diolas de Senegal quem não sabe falar a língua do seu povo é visto como estrangeiro, ou pessoa perdida na família, quer dizer, desconectada com a sociedade. Na Constituição da República do Gana, por exemplo, nenhum cidadão poderá requerer a naturalização ganense sem que seja capaz de falar e entender uma das línguas autóctones (Art. 9). Esse é um exemplo de uma política que visa segurar a existência das línguas autóctones. Culturalmente falando essa política visa preservar rituais, tradições e cultura de modo geral.

Aprender línguas dos outros grupos étnicos é normal nos povos africanos em especial dos povos bantu. Quanto mais se conhece as línguas dos grupos étnicos vizinhos, melhor fica para o indivíduo, porque a língua é um instrumento de poder, de luta, de hegemonia. Em algumas sociedades não se aceita que um jovem da etnia X case com uma jovem da etnia Y sem conhecer a língua da sua noiva.

O processo da desvalorização das línguas africanas e aderência às línguas europeias, não é uma questão recente, como afirmam Ki-Zerbo (2006) e Kramsch (1998). A ideologia colonial colocou as línguas africanas como exóticas, atrasadas e pobres de civilização. Assim, os líderes dos Estados africanos deram valor às línguas europeias como meio de instrução em nome da globalização. O resultado dessa política foi o aumento de falantes das línguas europeias e o decréscimo do número de falantes de línguas africanas.

Em consideração a isso, podemos perceber que a língua e a cultura são

inseparáveis. Podemos considerar, portanto, a língua em face da cultura global como uma estrutura própria, que deve ser estudada em si e por si. O uso da língua local mostra um grau de aproximação (parentesco), enquanto que o da língua ocidental traz uma percepção de distanciamento familiar entre membros de povos distintos.

A língua é símbolo de solidariedade e de coesão. Por exemplo, duas pessoas vindas de dois países diferentes quando falam a mesma língua se sentem mais próximos. Um mandinga da Guiné-Bissau e um mandinga de Gâmbia se sentem mais próximos do que quem é papel da Guiné-Bissau. É obvio que a diferença linguística traz separatismo, porém não se deve confundir como a causa primordial dos conflitos políticos, pois, os hutus e os tutsis (de Burundi e Ruanda) falam a mesma língua, por exemplo. Celebrar as línguas significa celebrar a diversidade. Falando sobre a importância da diversidade linguística, a UNESCO afirmou o seguinte:

Uma cultura de paz só pode ser construída num espaço onde todos tenham o direito de utilizar a língua materna de forma plena e livre em todas as circunstâncias da vida. Que o reconhecimento e o respeito pela diversidade cultural no domínio da língua inspirem uma solidariedade baseada na compreensão, na tolerância e no diálogo, e que toda a acção que favorece a utilização das línguas maternas sirva não apenas para encorajar a diversidade linguística e a educação multilíngue mas também para sensibilizar ainda mais para a multiplicidade das tradições linguísticas e culturais no mundo (UNESCO, 2013, p. 23).

Segundo Rodrigues (2011, p. 31) “o uso consistente de línguas maternas na educação formal dos países africanos está ainda longe de se concretizar. Um dos grandes obstáculos é a oficialização das línguas europeias no período pós-independência desses países.” Concordamos com a afirmação da autora acima citada porque a realidade africana e em especial da Guiné-Bissau, como exemplo, demonstra que o ensino do português tem mais privilégio comparativamente com o das línguas autóctones.

Terminamos esta seção apontando que as línguas carregam elementos importantes de identidade sociocultural dos africanos. Os povos bantu, por exemplo, colecionam muitos tabus linguísticos que guiam as formas de ser e de estar em sociedade. Os provérbios, a poesia, os contos são estratégias comunicativas que se servem da dinâmica da língua. A cultura sempre se liga à língua e carrega significados que podem ser interpretados dentro do contexto social. Não existe uma língua natural sem estrutura. Todas as línguas são competentes e estão organizadas de forma sistemática e completa. Por isso, não existe uma língua natural sem gramática.

Uma língua sem gramática fica impossível de ser compreendida. A gramática é uma combinação, é um acordo estabelecido pelos falantes que permite que as pessoas se entendam no momento em que falam. Ao compreendermos o significado da língua de uma comunidade estaríamos compreendendo a forma como esse mesmo povo se organiza e interpreta o seu meio. Apenas chamamos atenção ao fato de que nem todas as teorias criadas em contexto de estudos de línguas românicas ou germânicas têm a mesma aplicabilidade para línguas africanas. Quer dizer, as diferenças entre língua e dialeto não fazem sentido em contexto de línguas africanas.

3. POLÍTICAS E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO AFRICANO

Antes da colonização europeia, os povos africanos sempre tiveram uma política linguística local que definia os usos da língua. Cada etnia se identificava com uma língua que era a língua de comunicação. Essas políticas ligavam as regras de ser e de estar em sociedade junto com a cultura. A política linguística corresponde ao conjunto de decisões políticas sobre o destino do uso das línguas de uma nação (Calvet, 2007; Severo, 2013). Inclui a Constituição, os decretos, as leis, regulamentos e outros documentos produzidos em nível político sobre as normas dos usos da(s) língua(s) de uma nação ou comunidade. Os colonos portugueses, por exemplo, quando chegaram na África também implementaram suas políticas que tinham como objetivo apagar as línguas autóctones e elevar as suas línguas.

Iniciou-se então um período em que se proibiu o uso das línguas locais em favor a línguas europeias. Após as independências, os povos africanos tiveram a oportunidade de decidir e de escolher quais as línguas deveriam ser oficializadas. Observa-se que ao invés de valorizar as línguas africanas, a maioria dos países africanos preferia atribuir o prestígio às línguas europeias. Essa tomada de decisão contribuiu em grande escala para a situação atual das línguas.

Entende-se por planejamento linguístico como a implementação prática das decisões da política linguística, isto é, corresponde o uso real e concreto das línguas em diversos setores da vida social como é o caso de ensino, do uso nas instituições públicas, na comunicação prática em diversos setores da sociedade. A escolha das línguas africanas por parte dos governos africanos se justificou pela necessidade de “união” entre eles, o que não passa de uma fantasia porque mesmo após meio século de independência ainda tem africanos que não falam nenhuma língua europeia.

Os nossos argumentos não condenam o plurilinguismo na África, pelo contrário

incentivam essa postura, mas sem perder de vista as línguas locais. Segundo Rodrigues “uma política educacional plurilingüística incentivaria o respeito as diferenças culturais e traduziria a importância das línguas maternas na erradicação de processos de exclusão política e social, uma vez que facilitaria a aprendizagem e aumentaria a participação social e política das populações...” (Rodrigues, 2011, p. 62).

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996) é um instrumento muito importante de defesa das línguas, mas é pouco valorizado. Quase todos os países assinaram essa declaração, mas a sua aplicabilidade resta a desejar. Não adianta termos boas leis enquanto não sabemos as usar. O que falta nos países africanos não são as leis, mas sim o respeito e o cumprimento íntegro delas. O Art. 3º, inciso 2 fala dos Direitos Linguísticos e dá: “o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura; o direito a dispor de serviços culturais; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas” (UNESCO, 1996). No contexto prático africano esses artigos não passam de um desejo para a maioria dos países, tal como veremos nas análises mais adiante.

O cumprimento dos Direitos aqui apresentados já seria um grande passo rumo à redução das desigualdades sociolingüísticas que afetam a vida em sociedade. Ki-Zerbo (2006) não acredita que se possa alfabetizar os africanos sem recorrer às línguas africanas. Aprendendo em língua materna de origem africana iria fortalecer a língua, reduzir o preconceito para além de revitalizá-la. O desenvolvimento endógeno citado por Ki-Zerbo (2006) defende o uso dos recursos lingüísticos internos e neste caso está-se falando das línguas autóctones. As línguas africanas são capazes de expressar a ciência. Aliás, nenhuma língua natural do mundo surgiu com capacidade específica para exteriorizar a ciência. Todas as línguas se adaptaram, fizeram empréstimos lingüísticos para descrever a ciência. Os nomes científicos de plantas não são escritos em português ou em inglês, por exemplo, mas sim em latim. As línguas portuguesa e inglesa emprestam de outras línguas. Isso poderá acontecer com as línguas africanas. O importante é a vontade política para que isso aconteça. Pensar em sua língua materna é importante e precisa ser incentivada.

Outro elemento importante a defender é a problemática das línguas de sinais^{viii} africanas que em muitos momentos são silenciadas pela cultura, pelos políticos e pela grande parte da mídia. Faz-se de conta que as línguas de sinais não existem na África, mas elas estão presentes até em regiões mais isoladas do continente. Seria importante

que se fomentasse a pesquisa e a produção de materiais didáticos que poderão ajudar no ensino e na proteção dos falantes desses idiomas minoritários. A literatura em língua de sinais é urgente de ser produzida por todos os governos para que se possa atender a esses grupos populacionais excluídos da vida em sociedade. Deixamos clara a ideia de que o surdo não é deficiente. Apenas usa uma língua diferente da língua dos ouvintes. Ao estudar as línguas de sinais africanas descobriremos como a interpretação e a compreensão do mundo são importantes na determinação da identidade surda africana.

Rodrigues (2011) sugere um trabalho intenso entre políticos e estudiosos de línguas. Por exemplo, ela sugere investimentos em pesquisas sobre as línguas; realização de reformas positivas que confirmem prestígio às línguas africanas entre populações; o uso de línguas locais no ensino; formulação e democratização de políticas e planejamentos linguísticos. O que se observa hoje é hegemonia da língua inglesa como se fosse a única língua capaz de qualificar profissionais e dar acesso à tecnologia em áreas científicas. (Rodrigues, 2011). Dito isto cabe-nos entrar na metodologia e nas análises. Esta é a parte mais importante da pesquisa porque consiste na análise das Constituições dos 54 países no que tange as línguas e o ensino. Estabeleceremos essa relação pensando na relevância da preservação das línguas menos prestigiadas.

4. AS CONSTITUIÇÕES DAS REPÚBLICAS AFRICANAS E ANÁLISE DO ESPAÇO DAS LÍNGUAS E DA EDUCAÇÃO

A constituição é o documento mais importante de um país. Pois ela explica as normas, isso quer dizer, os deveres e direitos dos povos que vivem numa determinada nação. A definição da língua oficial e política educativa de um país constam geralmente na constituição de um país. Na sua obra “What is a constitution: principles and concepts”, Bulmer (2017) afirma que as constituições podem declarar e definir os limites da política comunitária, declarar e definir a natureza e autoridade da política comunitária; expressar a identidade e os valores de uma nação ou comunidade, ela pode declarar e definir os direitos e deveres dos cidadãos, estabelecer e regular as instituições políticas e privadas das suas comunidades, dividir ou compartilhar poder entre diferentes camadas de comunidades governamentais ou sub-estaduais, declarar a identidade religiosa oficial do Estado e demarcar as relações entre autoridades sagradas e seculares, comprometer os Estados a determinados aspectos sociais, econômicos ou sociais e objetivos de desenvolvimento. Todas essas atribuições são detalhadas nas constituições.

Observando as 54 Constituições observa-se que houve inclusão de pelo menos uma língua europeia para a oficialidade. A experiência da África do Sul (é criticada mas vale elogiar a aplicação de uma política linguística que oficializou 11 línguas, das quais 10 são de origem africana. Exige coragem e respeito com as identidades. É importante apontar que essas línguas africanas são oficiais nas províncias onde elas ocorrem. São línguas de ensino em pé de igualdade com o inglês. Cada língua atua discretamente em cada espaço e sem conflito. Atribuir o status de oficialidade dá forma para que as línguas africanas sejam estudadas, para que haja a criação de dicionários, gramáticas, literatura e outros materiais que ajudarão na manutenção linguística. A República do Senegal também oficializou algumas línguas africanas: o Diola, o malinké, o Poular, o Sérère, o Soninké et o Wolof (Art. 1, Lei de 1963).

Não será possível transcrever os artigos das 54 Constituições neste texto, mas sempre que possível citaremos para explicar e argumentar. O que se observa nas constituições parece uma combinação entre os países. Isto porque o lugar das línguas africanas está no segundo ou terceiro planos. A colonização foi tão intensa de tal forma a que os africanos não puderam observar o valor das suas línguas autóctones. A nosso ver, a ideologia colonial foi tão forte que ofuscou a relevância das línguas locais. Repetimos: o plurilinguismo jamais tinha sido visto como problema antes da colonização. A política linguística dos africanos fracassou por renegar o potencial das suas línguas.

Algumas constituições de países africanos repassam a tarefa de ensinar a língua africana para os pais e não da escola (governo). Assim, o governo fica isento de responsabilidade. O árabe na Argélia é a língua nacional e oficial. Tamazight também é uma língua nacional (Art. 3). A Guiné Equatorial é um caso a estudar profundamente, uma vez que oficializou 3 línguas europeias, nomeadamente espanhol, francês e português. Neste cenário não há nenhuma língua africana com o estatuto de oficial.

A Constituição da Etiópia (de 1994), no Art. 5, determinou que “todas as línguas etíopes devem gozar de igual reconhecimento estatal. O amárico deve ser o idioma de trabalho do governo federal.” Neste exemplo, se observa uma hierarquia linguística que em algum momento cria desigualdade. Mas já é uma vantagem ao atribuir reconhecimento para as línguas africanas faladas naquele país.

Alguns países como a Serra Leoa, Guiné-Bissau, Somália, São Tomé e Príncipe nem fizeram questão de citar qual a língua foi oficializada. Na Guiné-Bissau, de 1996 se sabe que o português é a única língua oficial, mas não está escrito em nenhum lugar da

Constituição. Não se entende as razões pelas quais não se oficializou o crioulo sendo a língua mais usada dos guineenses. A Constituição da República de São Tomé e Príncipe, de 2003, também não faz alusão a nenhuma língua em sua constituição. A República de Seychelles oficializou o crioulo junto com duas línguas europeias: inglês e francês (Cap. 1, Art. 4. 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises feitas com as Constituições não são conclusivas porque há vários aspectos a explorar. O importante a apontar do momento é que há elementos em comum: a) a presença de línguas europeias nas Constituições como se as línguas africanas fossem incapazes de realizar uma comunicação plena; b) As línguas africanas são colocadas como línguas nacionais apenas e não ascendem ao status de oficiais; c) As Constituições não propõem o ensino de línguas africanas e nem incentivam a pesquisa e a produção de materiais didáticos e culturais nessas línguas, o que a nosso ver é uma clara violação dos Direitos Linguísticos dos Africanos; d) A formação de professores nessas línguas está longe de se realizar porque a mentalidade colonial ainda reina no seio dos africanos.

Houve independência política e falta a proclamação da independência linguística. Os políticos ainda acham que ensinar em línguas locais poderá ser um gasto, o que não constitui verdade para sociedades sérias e compromissadas com a causa do seu povo. As línguas de sinais nem são citadas nas Constituições, salvo dois casos apenas o que é uma violação clara dos Direitos Linguísticos. Por essa exclusão, os surdos são hostilizados, excluídos e colocados à margem da sociedade. Os governos não colocam à disposição intérpretes de línguas de sinais nos hospitais, nas delegacias de polícias, nos aeroportos, enfim, em todas as instituições públicas em geral.

Meio século após as independências coloniais, os africanos ainda não conseguem compreender que o surdo é uma pessoa normal como qualquer outra. A diferença é que usa uma língua diferente, o que é normal em todas as sociedades humanas. É importante que fique claro que não existe nenhum órgão ou sistema humano que foi criado para produzir a fala. Para falar o ser humano aproveita dos sistemas digestivo e respiratório para produzir sons da fala. Isso não significa normalidade ou anormalidade. Da mesma forma, o surdo usa o sinal como sua forma de produzir sinais da comunicação.

A situação linguística africana atual nos mostra como as políticas linguísticas

pós-coloniais foram falhas porque não puderam proteger nem fomentar o uso das línguas autóctones. Foram políticas que favoreceram as línguas dos colonizadores o que resultou na manutenção política. Enquanto as línguas europeias e asiáticas aumentam o número de falantes, as línguas africanas tendem a reduzir. Qual seria a causa? É que não são línguas privilegiadas, de ensino para além de não existir uma política pública de divulgação dessas línguas.

Se a língua é ao mesmo tempo cultura de um povo, então é importante que ela seja valorizada e protegida para que continue existindo e fazendo parte da vida em sociedade. Algumas práticas culturais (como as cerimônias tradicionais) só podem ser realizadas usando as línguas locais. Uma língua dignifica os seus falantes e carrega a identidade. Seria interessante que os africanos fizessem uma reflexão profunda para que possam resgatar várias línguas que até estão em vias de extinção.

Os africanos precisam avançar rapidamente em frentes: a 1ª corresponde a oficialização das suas línguas autóctones especialmente nos municípios ou cidades onde essas línguas são faladas; 2ª A implementação do ensino bilíngue por forma a que as crianças tenham o direito e a oportunidade de aprender em suas línguas e em simultâneo a língua oficial. A ideia é de colocar esse ensino em todos os níveis e graus de ensino até ao superior. Aqui se inclui a produção de dicionários e gramáticas que ajudem na aprendizagem na língua; 3ª Promover a publicação de literatura, arte e cultura em línguas locais para que a sociedade tenha acesso. Aqui se inclui a difusão expansão da mídia escrita, televisiva; 4ª O combate ideológico e do preconceito linguístico é fundamental e que deva partir dos políticos e do governo por forma a que se possa elevar a autoestima e desenvolvimento endógeno partindo da própria língua. A cultura e as tradições agradecerão.

Referências

- Alexander, N. (2002). Linguistic rights, language planning and democracy in postapartheid South Africa. In: Baker, S. (Ed.), *Language Policy: Lessons from Global Models*. Monterey, CA.: Monterey Institute of International Studies.
- Alexander, N.(2005). *The impact of the hegemony of English on access to and quality of education with special reference to South Africa*. Lecture delivered at the Language and Poverty Conference, Cornell University, Ithaca, N.Y. 14, Unpub. Mimeo.
- Bamgbose, A. (1991). *Language and the nation: the language question in sub-saharan*

- Africa*. Edinburg: Edinbug University Press.
- Batibo, M. H. (2005). *Language decline and death in Africa, causes, consequences and challenges*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Bosch, S. E.; Kosch, I. M. (2019). African linguistics in southern Africa. Em Wolff, H. E. (Eds.). *A history of african linguistics*. Cambridge: CUP, p.115-132.
- Brenzinger, M. (2017). *Language contact and bilingualism*. London: Edward Arnold.
- Bulmer, E. (2017). *What is a Constitution? Principles and concepts* International IDEA Constitution-Building Primer 1, International Institute for Democracy and Electoral Assistance (International IDEA) Second edition.
- Calvet, L.-J. (2007). *As Políticas Linguísticas*. Florianópolis/São Paulo: Ipol/Parábola.
- Camara Junior, J. M.(1955). Língua e cultura. *Revista Letras*. vol.4, p.51-59.
- Chicuna, A. M. (2018). *Portuguesismos nas línguas bantu: para um dicionário português –kiyombe*. 3.ed. Lisboa: Edições Colibri.
- Childs, T. (2003). *An introduction to African languages*. Amsterdam: Benjamins.
- Garvía, R. (2012). A batalha das línguas artificiais. *Tempo Social. Revista de sociologia da USP*, São Paulo, 24 (2): 59-78.
- Guerios, R. F. M. (1955). Tabus linguísticos. *Revista Letras*. Vol.4. p.70-89.
- Haugen, E. (2001). Dialeto, língua, nação. In: Bagno, M. (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, p.97-114.
- Hyman, L. M. (2003). *Why Describe African Languages?* World Congress of African Linguistics 4/Annual Conferences on African Linguistics 34 Rutgers, Keynote Address, June 18, p.1-20.
- Kamwangamalu, N. M. (2000). A new language policy, old language practices:status planning for african languages in a multilingual South África. *South Africa Journal os African Languages*. 20 (1) 50-60.
- Ki-Zerbo, J. (2006). *Para quando África?* Entrevista com René Holenstein.Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas.
- Kramsch, C.(2014). Language and Culture. *AILA Review*. John Benjamins Publishing Company.vol. 27, 30–55.
- Kramsch, C.(1998). *Language and Culture*. Oxford: Oxford University Press.
- Labov, W.(2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Mahadi, T. S. T.; Jafari, S. M. (2012). Language and Culture. *International Journal of Humanities and Social Science*. 17 (2) 230-235.
- Maho, J. (2003). A classification of the bantu languages: na update of Guthrie's

- referential system. Em Nurse, D.; Philippson, G. (Eds.) *The bantu languages* (pp. 639-651) London/New York: Routledge.
- Martinet, A. (1967). *Eléments de linguistique générale*. Paris: Armand Collin.
- Mesthrie, R. (2002). *Language in South Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mufwene, S. (2016). Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas. Em Couto, H do H. et al. (Org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Ed. UFG, p.473-508.
- Moseley, C. (2010). *Atlas des langues en danger dans le monde*. Nova York: UNESCO.
- Ngunga, A. (2015). *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Ngunga, A.; Bavo, N. N.(2011). *Práticas linguísticas em Moçambique: Avaliação da vitalidade linguística em seis distritos*. Maputo: CEA.
- Pakendorf, B.; Gunnink, H.; Sands, B.; Bostoen, K. (2017). Prehistoric Bantu-Khoisan language contact: a cross-disciplinary approach. *Language Dynamics and Change*, 7. 1- 46.
- Petter, M. (2015). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto.
- Rodrigues, Â. (2011). *A língua inglesa na África: opressão, negociação, resistência*. São Paulo: EdUNICAMP.
- Sapir, E.(2016). Língua e meio ambiente. Em Couto, H. do H. et al. (Org.). *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Ed. UFG
- Saussure, F. (2006). *Curso de linguística geral*. Tradução de A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix.
- Severo, C. G. (2013). Política (s) linguística(s) e questões de poder. *Alfa*, São Paulo, 57 (2) 451-473.
- Silva, D. B. da. (2010). Política linguística na África: do passado colonial ao futuro global. *Revista África e Africanidades*, 3 (10): 1-24.
- Timbane, A. A.; Manuel, C. (2018). O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa? embate sobre os conceitos. *Revista de Letras JUÇARA*, Caxias, 2 (2) 107-126.
- UNESCO. (1996). Declaração Universal Dos Direitos Linguísticos. *Linguasagem, Revista eletrônica de popularização científica em ciências da linguagem*. Recuperado de: <http://www.ufscar.br/linguasagem/edicao03/quemsomos.php>

UNESCO. (2013). Journée mondiale de la diversité culturelle pour le dialogue et le développement. Recuperado de: <http://www.un.org/fr/events/culturaldiversityday>

ⁱ Pós-Doutor em Estudos Ortográficos, Pós-Doutor em Linguística Forense, Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, professor permanente da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês (Bahia, Brasil). Membro do Grupo de Pesquisa Africa-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e cidadania global.

ⁱⁱ Licenciado em gestão de recursos Humanos pelo Instituto Superior do Empreendedorismo e Gestão de Senegal, Bacharel em Humanidades e licenciando em Pedagogia. Professor de língua inglesa e língua francesa nos cursos de Extensão da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/Malês).

ⁱⁱⁱ Há línguas naturais e artificiais. Uma língua artificial é aquela que foi/é criada por um indivíduo, com intenções específicas (artística, político, científica) e que na sua construção, organização e sistema não envolveu a intervenção da sociedade como parte integrante e usuário da mesma. Estudos de Garvía (2012) mostram que falar de ‘artificialidade da língua’ é o mesmo que falar de uma língua planejada.

^{iv} Haugen (2001) em seu capítulo “Dialeto, língua, nação” debate de forma profunda a origem das palavras e as reinterpretações trazidas pelo sistema colonial e que em muitos momentos não passam de uma hierarquização das línguas. Haugen define ‘dialeto’ como “qualquer uma das normas aparentadas compreendidas sob o nome geral **língua**, historicamente o resultado ou de divergência ou de convergência” (p.99, grifo do autor).

^v Estamos cientes com o fato de que as colônias britânicas não apenas ensinaram inglês, mas também permitiram que os indígenas pudessem aprender as suas línguas locais.

^{vi} Estamos cientes das diferentes de grafias de nomes africanos. Os estudos estão sendo feitos para padronização. A padronização não é pacífica ainda porque se usa sistemas de escrita que não tem muito a ver com a realidade fonético-fonológico das línguas africanas. Em muitos momentos se usa o sistema alfabético. Por isso a grafia de Petter (2015) é **Coissã** e Ngunga (2015) e Chicuna (2018) grifam **khoisan**.

^{vii} A língua Copi (S.63 na classificação de Guthrie, 1967-71) é falada no Sul de Moçambique, nas províncias de Gaza (Manjacaze, Chidenguele e Chongoene) e Inhambane (Zavala, Inharrime e Homoíne). Em 2010, os falantes de cicopi representavam 1,9% dos moçambicanos (Ngunga; Bavo, 2011, p. 14).

^{viii} A República da Tanzânia é um dos poucos países africanos, se não do mundo que colocou a língua de sinais como língua oficial do seu país.